



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 015

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

Ato da Presidência:**ATO DO PRESIDENTE Nº 07/2003**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária, composta por 03 (três) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 01 de abril de 2003, de autoria dos senhores deputados Reni Pereira e Durval Amaral, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias ou enquanto durarem os trabalhos junto à União e ao Congresso Nacional, para acompanhar a elaboração do anteprojeto de emenda constitucional que tratará da Reforma Tributária Constitucional, sua tramitação no Congresso e posterior implantação nacional pela União.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE ABRIL DE 2003
(segunda-feira)**

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior,

Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 560**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, calcado em suas atribuições legais e embasado no artigo 132, parágrafo 2º, XII, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 149 de 2003.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A demanda por ações sociais é emergente. O benefício proposto em acordo com o governo e em conformidade com as propostas de campanha, será de grande ajuda às famílias assistidas. Tal benefício cumprirá sua função social mais satisfatoriamente na proporção da rapidez de sua implementação.

REQUERIMENTO Nº 565

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER destaque dos itens 01 e 02 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje para serem votados em conjunto, votando-se os demais itens em bloco.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM destaque dos itens 03 e 04 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, para serem votados em separado.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(aa) NATÁLIO STICA
ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 125/2003 e 170/2003, que altera a Lei Estadual nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997 (transporte gratuito aos portadores de deficiência).

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, solicita a abertura do Grande Expediente da Sessão Plenária de 08 de abril de 2003, para explanação da superintendente do INSS no Paraná e Santa Catarina, Sra. Elizabete Lobo dos Santos Elpo.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Apresentar os programas da Previdência Social para o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 570

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Brasiltelecom, solicitando a instalação de três (03) orelhões na Vila Rural da cidade de Doutor Camargo.

Requer, outrossim, seja encaminhada cópia deste expediente ao vereador Vicente Cavalin Filho, na Câmara Municipal de Doutor Camargo - Rua Xavier da Silva, 988 - Doutor Camargo/PR - CEP 87.155-000.

A Vila Rural de Doutor Camargo possui trinta e quatro famílias residindo no local e utilizando aquelas terras na produção de subsistência.

Os municípios solicitam a instalação dos três orelhões permitindo melhor qualidade de vida aos mesmos, haja vista que essa forma de comunicação é indispensá-

vel na vida moderna, evitando, muitas vezes, deslocamentos desnecessários.

Os três orelhões devem ser distribuídos na Vila Rural, de forma a proporcionar fácil acesso aos moradores.

Aquela comunidade espera contar com o pronto atendimento da Brasiltelecom, sensível ao problema.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Tim Celular, solicitando a instalação de três (03) orelhões na Vila Rural da cidade de Doutor Camargo.

Requer, outrossim, seja encaminhada cópia deste expediente ao vereador Vicente Cavalin Filho, na Câmara Municipal de Doutor Camargo - Rua Xavier da Silva, 988 - Doutor Camargo/PR - CEP 87.155-000.

Trata-se de comunidade que se ressentida da falta da telefonia celular, sobretudo aquelas pessoas que trabalham e necessitam de meios de comunicação de forma constante.

A vida nos centros urbanos torna-se a cada dia mais complexa e a necessidade de meios rápidos de comunicação é fato de desenvolvimento para as comunidades.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a instalação de duas lombadas eletrônicas na BR-376 - km 643 (retorno do Bradesco), uma sentido Joiville e outra sentido Curitiba, conforme croqui anexo.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) RATINHO JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

A falta de lombadas eletrônicas nesse trecho vem causando sérios acidentes todas as semanas pelo excesso de velocidade e imprudência dos motoristas, representando uma ameaça constante a vida das pessoas que trafegam nessa rodovia.

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições, vem perante V. Exa. para expor e reivindicar, depois de ouvido o duto Plenário, que seja enviado ofício ao governador do Estado do Paraná, solici-

tando medidas no sentido de estender os benefícios fiscais do Decreto nº 3708, de 31 de outubro de 1997 às empresas importadoras e exportadoras da região litorânea.

Tal sugestão funda-se no fato de que importantes benefícios fiscais foram concedidos ao segmento de empresários importadores e exportadores da região de Maringá, através dos preceitos legais retro mencionados, situação que promoveu efetivamente, substancial incremento na atividade econômica, benefício este também merecido pelos empresários da região do litoral.

A adequação visa contemplar antigo desejo veemente, dos importadores e exportadores do litoral, que desde 1997, vêem seus colegas empresários do mesmo segmento, porém da região de Maringá, terem benefícios fiscais, que perfeitamente poderiam ser estendidos à região litorânea.

Tal medida surtirá reflexos positivos no que diz respeito ao desenvolvimento social, econômico, urbano e rural, e conseqüentemente, substancial incremento na atividade econômica, auxiliando no equilíbrio das diretrizes orçamentárias do município.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião de Mello e Silva, atualmente secretário da Segurança Pública, solicitando medidas visando solucionar os problemas com segurança no município de São João do Ivaí, tendo em vista o aumento da criminalidade e os casos constantes de arrombamentos e furtos a residências e estabelecimentos comerciais.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A população do município de São João do Ivaí vem passando por uma situação de intranquilidade, devido a constantes casos de furtos a residências, arrombamentos a prédios comerciais, bem como a prática de outros ilícitos.

Salienta-se que o delegado de polícia titular encontra-se em licença médica, sendo que, atualmente, o delegado de Mandaguari, situado a cerca de 80 quilômetros, atende o município.

Com relação à Polícia Militar, apenas 5 homens trabalham em escala de revezamento, número considerado insuficiente para atender à população, de cerca de 13 mil habitantes.

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encami-

nhado ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião o presente requerimento no sentido de que seja estudada a possibilidade de isenção das taxas de pedágio nas rodovias estaduais aos veículos que estiverem a serviço da Pastoral da Criança.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O governo do Estado assinou na data de hoje, convênio com a Pastoral da Criança, visando promover ações de atendimento às crianças carentes deste Estado, e o presente requerimento visa contribuir para o bom andamento dessa parceria, haja vista o grande alcance e eficácia dos trabalhos e ações da Pastoral da Criança.

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao secretário de Estado da Educação, solicitação de inclusão do benefício da Lei 10.051/92, "Difícil Acesso", aos professores que exercem suas atividades nos Colégios Estaduais Sol de Maio, Ipê Roxo e Cataratas do Iguaçu, localizados respectivamente nos bairros Sol de Maio, Cidade Nova e Três Bandeiras.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os professores lotados nesses colégios, localizados na periferia da cidade de Foz do Iguaçu, distantes do centro da cidade e também do Núcleo Regional de Ensino percorrem uma grande distância para poderem exercer suas atividades nestes estabelecimentos de ensino, que foram os últimos instalados no município, demandando despesa extras, tendo em vista que não residem nas proximidades.

A gratificação pelo local de exercício que é concedida a professores de outras escolas estaduais mais antigas, subordinadas ao mesmo Núcleo Regional de Ensino, porém, não é estendida ao corpo docente dos estabelecimentos mencionados, sendo que dois localizam-se em pontos extremos do município e outro também é distante do centro; neste sentido, a incorporação do benefício legal assegurará que não persistam as desigualdades e ônus financeiro advindas do deslocamento e da grande distância percorridas pelos professores desses estabelecimentos de ensino.

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de pedido de esclarecimentos ao diretor-presidente da Sanepar, Ilmo. Sr. Caio Brandão, com relação ao fechamento do Escritório Regional do município de Pinhão. Não obstante ao seu

fechamento, esclarecimentos sobre a possibilidade da reabertura do presente Escritório, tendo em vista a sua necessidade.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 129 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente à prefeitura municipal de Pinhão.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 568

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Aldair Tarcisio Rizzi - secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando informações referentes à Fundação Faculdade Luiz Meneguel, localizada no município de Bandeirantes, conforme segue:

Como está a situação da referida faculdade perante o Ministério da Educação e Cultura?

Seus cursos são reconhecidos pelo MEC?

Em caso de resposta afirmativa, relacionar os cursos reconhecidos.

Existe algum processo para torná-la Faculdade Estadual?

O presente requerimento se justifica na ansiedade dos alunos que estudam na referida faculdade, em saber se a mesma tem seus cursos reconhecidos.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 174/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Nelson Maculan.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(aa) ELZA CORREIA

BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei a finalidade homenagear o Sr. Nelson Maculan, pelo seu trabalho e dedicação desenvolvido em nosso Estado.

Nasceu em Santana da Paraíba, São Paulo, e veio ao Paraná em 1938 para residir em Londrina, onde se destacou como um dos pioneiros e mais ardorosos defensores do município.

Advogado, foi chefe do escritório do Instituto Brasileiro do Café em Milão, Itália, onde destacou-se pela

competência e relevantes serviços prestados, o que o legitimou a presidir o Instituto Brasileiro do Café - IBC, de Londrina nos anos 63/64.

Presidiu em Londrina a Associação Rural de Londrina, dando grande impulso durante a sua gestão ao desenvolvimento agropecuário de Londrina e região norte do Paraná.

O Dr. Nelson Maculan também foi um dos fundadores do Aeroclube de Londrina, do Grêmio Recreativo Londrinense e do Country Club, no entendimento que o setor esportivo e social, também contribuem para o desenvolvimento sócio-político das cidades.

Como parlamentar atuou como vereador em Londrina, deputado federal e senador da República, representando o Paraná com ética e respeito ao povo paranaense. Como senador destacou-se principalmente na área da agricultura, e na elaboração do Estatuto da Terra.

À vista do exposto, solicitamos o apoio dos dignos pares à presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 175/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, o CTG - Centro de Tradições Gaúchas "Porteira do Norte", com sede e foro na Comarca de Wenceslau Braz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de apresentar para apreciação deste Parlamento, a presente proposta de declaração de Utilidade Pública no âmbito territorial do Estado do Paraná, do CTG - Centro de Tradições Gaúchas "Porteira do Norte", entidade com sede na querida cidade de Wenceslau Braz.

O CTG "Porteira do Norte", é uma instituição que objetiva contribuir para o fortalecimento e valorização cultural e social das tradições do sul do país, com o pálio de criação crioula, buscando sempre propiciar felicidade aos paranaenses e àqueles aqui radicados.

Convém salientar que CTG em epígrafe, promove inúmeros eventos filantrópicos em ajuda a outras entidades, sempre colaborando com os mais necessitados da região de Wenceslau Braz, conforme comprovam as declarações apensas.

Entenda-se como uma realidade da vida rural do Paraná, a manutenção de tradições gaúchas, assim como tradições polonesas, japonesas etc., tão importantes para cultura de nosso povo.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo cunho de mérito, solicitamos o apoio de todos os nobres

Pares desta Casa de Leis para a iniciativa legislativa que ora chancelamos, pois há muito o povo de Wenceslau Braz merece ver declarado de Utilidade Pública, o seu CTG, “Porteira do Norte”.

PROJETO DE LEI Nº 176/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os serviços e ações de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado do Paraná, obedecerão às seguintes diretrizes:

I - universalidade;

II - equidade;

III - integralidade;

IV - controle social;

V - responsabilidade social das instituições e dos indivíduos.

Art. 2º - Os serviços públicos de saúde e as entidades privadas, conveniadas ou contratadas pelo Poder Público, têm que garantir a todos os pacientes usuários:

I - atendimento sem qualquer forma de discriminação;

II - a gratuidade de todo e qualquer procedimento do SUS ou pelo SUS, sem complementação a qualquer título;

III - as mesmas condições de acesso e qualidade de procedimentos para usuários do SUS ou quaisquer outros em face de necessidades semelhantes de atenção;

IV - direito a acomodações hospitalares diferenciadas ou especiais na ausência do leito em enfermaria, sem cobrança adicional, quando em situação de urgência ou emergência;

V - prioridade em casos de emergência ou urgência, frente a qualquer outro paciente particular ou de convênio com indicação de procedimento eletivo;

VI - direito, sem custo algum, a todo e qualquer tipo de atestado que diga respeito ao ato ou tratamento a que foi submetido.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo e respectivos incisos é extensivo a autarquias, institutos, fundações, hospitais universitários e demais entidades públicas ou privadas, que recebam, a qualquer título, recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 3º - São direitos dos usuários dos serviços e ações de saúde no Estado do Paraná:

I - ter um atendimento digno, atencioso e respeitoso por parte de todos os profissionais de saúde;

II - ter atendimento integral, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de:

a) idade;

b) raça;

c) gênero;

d) orientação sexual;

e) características genéticas;

f) condições sociais ou econômicas;

g) convicções culturais, políticas ou religiosas;

h) estado de saúde ou condição de portador de patologia, deficiência ou lesão pré-existente;

i) ser identificado e tratado, nas relações interpessoais, por seu nome ou sobrenome.

III - receber do trabalhador de saúde adequado auxílio imediato e oportuno para a melhoria de seu conforto, bem-estar e saúde;

IV - poder identificar as pessoas responsáveis direta e indiretamente por sua assistência, através de crachás visíveis e legíveis e que contenham;

a) nome;

b) função ou cargo;

c) nome da instituição;

V - ter assegurado, durante as consultas, informações, procedimentos diagnósticos, preventivos, cirúrgicos e terapêuticos e na satisfação de suas necessidades fisiológicas:

a) a integridade física;

b) a privacidade;

c) a individualidade;

d) o respeito aos seus valores éticos, religiosos e culturais;

e) a confidencialidade de toda e qualquer informação pessoal;

f) a segurança do procedimento.

VI - ser acompanhado, sempre que assim o desejar, nas consultas, exames e internações, por pessoa de sua livre escolha;

VII - ser acompanhada, se assim o desejar, por pessoas de sua livre escolha, no momento do pré-parto, parto e pós-parto;

VIII - ter acesso a consultas agendadas com horários previamente conhecidos;

IX - conhecer a procedência do sangue e hemoderivados e poder verificar, antes de recebê-los, os carimbos que atestaram a origem, sorologias efetuadas e prazos de validade;

X - receber material ou aparelhos de órtese e prótese de qualidade;

XI - receber identificação antecipada, sempre que possível, de condição clínica que contra-indique a administração de medicamentos ou a realização de procedimentos;

XII - receber anestesia em todas as situações indicadas, bem como medicação e procedimentos que aliviem a dor e o sofrimento;

XIII - ter direito à assistência pediátrica, além dos profissionais comumente necessários, por ocasião do parto e ao alojamento conjunto possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe;

XIV - receber ou recusar assistência moral, psicológica, social ou religiosa;

XV - recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários para prolongar a vida;

XVI - ter a morte digna e serena, podendo ele próprio ou a família ou o responsável, optar pelo local da morte;

XVII - não ter nenhum órgão retirado do seu copo sem prévia autorização;

XVIII - receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre:

- a) hipóteses diagnósticas;
- b) diagnósticos realizados;
- c) exames solicitados;
- d) ações terapêuticas;
- e) riscos, benefícios e inconvenientes provenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;
- f) duração prevista do tratamento proposto;
- g) esclarecimentos quando da indicação de anestesia, do tipo a ser aplicada, o instrumental a ser realizado, as partes do corpo afetadas, os efeitos colaterais, os riscos e consequências indesejáveis;
- h) finalidade dos materiais coletados para exame;
- i) alternativas de diagnósticos e terapêuticas existentes no serviço de atendimento ou em outros serviços;
- j) evolução (prognóstico) da doença;
- k) o que julgar necessário.

XIX - ter resguardado no âmbito das equipes de saúde, o sigilo e a confidencialidade das informações pessoais, mesmo após a morte, salvo quando houver expressa autorização do usuário ou em caso de imposição legal;

XX - ter acesso, a qualquer momento, a ser prontuário médico e aos dados nele registrados, ou autorizar alguém a acessá-los;

XXI - consentir ou recusar de forma livre, voluntária e esclarecida após adequada informação, quaisquer procedimentos diagnósticos, preventivos ou terapêuticos;

XXII - ser prévia e expressamente informado quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, consentindo de forma livre e esclarecida.

XXIII - revogar os consentimentos anteriormente referidos, a qualquer instante, por decisão livre e esclarecida, sem que lhe sejam imputadas sanções morais, administrativas ou legais;

XXIV - por ocasião da prescrição de medicamentos, receber as receitas:

- a) com o nome genérico da substância;
- b) impressas, em letra de forma ou com caligrafia legível;
- c) sem a utilização de códigos ou abreviaturas;
- d) com orientação quanto ao uso e a possíveis efeitos colaterais dos remédios;
- e) com o nome, assinatura do profissional e seu número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão;

XXV - receber os medicamentos com data de fabricação e prazo de validade, acompanhados de bula impressa de forma compreensível e clara;

XXVI - ter um local higienizado, digno e adequado para seu atendimento, bem como ter preservada sua segurança e integridade física nos estabelecimentos de saúde, públicos e privados;

XXVII - ter garantida a acessibilidade aos serviços, com fim das barreiras arquitetônicas e de comunicabilidade, oferecendo condições de atendimento adequadas aos portadores de deficiência ou necessidades especiais;

XXVIII - acesso às contas detalhadas referentes às despesas de seu tratamento, exames, medicação, internação e outros procedimentos médicos.

Art. 4º - São responsabilidades sociais dos paranaenses frente ao Sistema Único de Saúde;

I - engajar-se na causa da defesa do meio ambiente, da educação, da habitação e dos demais determinantes das condições de saúde da população em geral;

II - mobilizar-se e promover a mobilização de indivíduos e grupos sociais para a participação nas Conferências e Conselhos de Saúde em todos os níveis.

III - adotar, divulgar e zelar para que seja adotado, estilo de vida saudável por indivíduos e comunidades;

IV - participar ativamente no fornecimento e busca de informações, esclarecimentos e propostas junto às instâncias reguladoras, fiscalizadoras e de atendimento;

V - mobilizar-se e promover a mobilização da participação cidadã em trabalhos voluntários em benefício da comunidade;

VI - zelar pelo direito de todos os trabalhadores da saúde a um relacionamento digno e respeitoso;

VII - participar de seus tratamentos de saúde e dos seus familiares, registrando reações e dúvidas e portanto todos os documentos médicos que possam auxiliar nos diagnósticos e acompanhamentos.

Art. 5º - O descumprimento do disposto nesta lei implicará sanções administrativas, civis e penais.

Art. 6º - Consideram-se infratores desta lei as pessoas físicas ou jurídicas que direta ou indiretamente tenham concorrido para o cometimento da infração.

Art. 7º - Qualquer pessoa é parte legítima para comunicar os casos de descumprimento desta lei aos Conselhos Municipais, Estaduais ou Nacional de Saúde.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei visa estabelecer o Código de Direitos e Responsabilidades Sociais dos Usuários do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná.

O Paraná muito tem contribuído para a evolução do Sistema Único de Saúde no País e não pode furtar-se

ao dever de erigir diplomas legais que possam garantir aos cidadãos paranaenses os seus direitos essenciais como usuários dos serviços de saúde, sejam eles públicos ou privados.

Diversas esferas da sociedade estão se organizando e têm obtido excelentes resultados no sentido dos direitos dos consumidores. É hora de dotar os usuários-cidadãos do SUS de códigos correspondentes no campo dos direitos conquistados que assegurem atendimento igualitário, digno e humano.

Ousamos ir mais além, e propor igualmente, um conjunto de princípios para o exercício do que chamamos de Responsabilidades Sociais dos Usuários, que valorizam o seu papel de cidadãos e a atuação pró-ativa que, para além do Estado podem os mesmos sustentar. Aliás, o SUS, é fruto de uma construção histórica de diversos atores, dentre os quais destacaram-se sempre os cidadãos, organizados e ativos, no exercício de seu papel autônomo de sujeitos de seus direitos e deveres.

Dado ao amadurecimento alcançado pela sociedade civil organizada, especialmente nas instâncias de Controle Social do SUS, já estão presentes no Brasil as condições capazes de sustentar no dia-a-dia a eficácia de um instrumento legal como o aqui proposto.

A proposta aqui apresentada baseia-se em contribuições que tem recebido sucessivos aperfeiçoamentos. Origina-se da atuação de representantes de associações de portadores de patologias no Conselho de Saúde do Estado de São Paulo que fundaram o Fórum de Patologias do Estado e abraçaram como o primeiro esforço de muitas pessoas e entidades, durante meses, o de pesquisar a literatura institucional e os códigos da ética de saúde de vários países, dando origem a uma cartilha sobre o assunto.

Posteriormente, foi aprovada pela Assembleia Legislativa daquele Estado, a Lei nº 10.241, de 17 de março de 1999, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde.

No corrente ano, projeto de lei de igual teor, iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados, com o intuito de estabelecer o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde.

No Paraná, o Conselho Estadual de Saúde, prestou a sociedade um inestimável serviço ao elaborar e aprovar a Resolução 44/2002 que recolhe os elementos das contribuições anteriores, consolidando a relação de direitos dos usuários do SUS.

A lei aprovada em São Paulo e o projeto ora em tramitação no Congresso Nacional, são ambas do deputado Roberto Gouveia e recolheram, desde as contribuições do Fórum de patologias do Estado de São Paulo, a participação do Procom, Idec, Ministério Público, Pastores da Saúde, CNBB e pesquisadores de universidades. ainda no passado, em 1999, o tema foi objeto de projeto de autoria dos deputados Professor Luizinho, Eduardo Jorge e Antonio Palocci, no Congresso Nacional.

Trata-se de proposição de inquestionável contribuição para o avanço social no Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 177/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tamarana, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tamarana, é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com objetivos de promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, servir de órgão de articulação com outras entidades no município, que defendam a causa do excepcional, promover e/ou estimular a realização de programas permanentes de prevenção das formas de deficiências, entre outras atividades para a melhor convivência da comunidade com os excepcionais e seus familiares.

A APAE de Tamarana se propõe a realizar campanhas financeiras de âmbito municipal, e colaborar na organização de campanhas com o objetivo de levantar fundos destinados a auxiliar as obras de assistência excepcional, promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como colônia de férias e jardinagem, criar centro de profissionalização para o excepcional e criar e auxiliar na manutenção de lares para o excepcional.

Atualmente a APAE atende 21 (vinte e um) educandos com deficiência mental e 03 (três) com deficiência múltipla, sendo auxiliados por psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, pedagogo e professores.

Promovem também palestras em escolas públicas para conscientização da comunidade, com relação a prevenção de deficiências e melhor convívio de igualdade com os excepcionais.

PROJETO DE LEI Nº 178/2003

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à educação do risco de doença e de outros

agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 2º - Os usuários dos serviços públicos de saúde deverão ser atendidos para consultas de qualquer espécie, assim como para realização de exames complementares num prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

§ 1º - Excetuam-se desse prazo as consultas e exames complementares de emergência que terão prioridade absoluta.

§ 2º - O não atendimento na hipótese deste artigo ensejará em responsabilidade da autoridade de saúde, e o usuário poderá recorrer ao sistema privado ou equivalente, tendo direito ao ressarcimento integral de valores pagos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

As ações de relevância pública, como o são os serviços de saúde (artigo 197, CF/88), devem receber do Poder Público atenção toda especial, buscando, por todos os meios, a melhoria da qualidade de vida da população em geral, e em especial daqueles que necessitam fundamentalmente da ação pública.

Assim, é notório que os serviços públicos de saúde, a par da evolução já obtida, requerem uma reavaliação consistente e direcionamento gerencial que capacite os trabalhadores em saúde pública no atendimento efetivo da população.

Infelizmente, o número de profissionais de saúde e mesmo formas gerenciais do sistema tem trazido graves problemas aos usuários que, em muitas ocasiões têm tido que aguardar mais de 30 (trinta) dias para serem atendidos. Tal fato tem aumentado a dor e provocado grandes incômodos à saúde já debilitada do usuário do sistema.

O presente projeto de lei visa provocar uma revisão no sistema de gerenciamento, aproveitando o disposto no texto constitucional, mormente o artigo 197 da Constituição Federal, que determina caber “ao Poder Público dispor,... sobre sua regulamentação, fiscalização e controle...”.

De um lado, o texto ora proposto determina que no âmbito dos serviços de saúde no Estado do Paraná, nenhum usuário aguardará mais do que quinze dias para ser atendido, e de outro preserva ao usuário em emergência prioridade absoluta. Em todos os casos a autoridade de saúde será responsabilizada e o Estado deverá ressarcir o usuário que tiver buscado a prestação de serviços fora do serviço público de saúde, após transcorrido o período imposto pela lei sem que tenha sido atendido.

O elevado espírito humanizador do presente projeto de lei e seu enquadramento nos dispositivos legais e constitucionais certamente serão fundamentais para acolhida nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 179/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a exigência de caução ou depósito prévio de qualquer natureza, no ato da internação de pacientes ou antes da prestação do atendimento em hospitais e clínicas da rede particular e conveniada ao SUS no Estado do Paraná.

Art. 2º - Ficam também proibidas, antes da prestação do atendimento, a obrigatoriedade de assinatura de nota promissória ou de contrato que exija desembolso prévio de qualquer quantia, a título de sinal e princípio de pagamento.

Parágrafo Único - A recusa ao atendimento motivada pela negativa de qualquer uma das exigências especificadas nos artigos anteriores, tornará os estabelecimentos infratores penal e civilmente responsáveis por eventuais ocorrências de invalidez, morte ou seqüelas advindas em virtude do fato.

Art. 3º - O descumprimento da proibição estabelecida nesta lei prevê ao infrator as seguintes penalidades:

- a) multa de valor igual ao exigido ao paciente, por ocasião do flagrante;
- b) o valor da multa deve ser dobrado a cada reincidência por ocasião do flagrante do ato infrator;
- c) cancelamento do registro do estabelecimento junto aos órgãos estaduais;
- d) cancelamento de convênios com o Poder Público, inclusive o SUS.

Art. 4º - Esta lei deverá ser regulamentada em 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A exigência do cheque-caução ou de qualquer outro tipo de cobrança prévia de uma prestação de serviço de saúde é um abuso freqüente praticado por hospitais e clínicas privadas. Tal prática fere os princípios básicos de cidadania, causando situações delicadas de constrangimento e em alguns casos, pode colocar em risco a saúde e a própria vida da pessoa que necessita de atendimento.

A cobrança de qualquer valor antecipado, na prestação de serviços médico-hospitalares fere também o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor. De fato, o artigo 597 do Código Civil preceitua que “a retribuição será paga depois que o serviço for executado”. Já o inciso V do artigo 39, do Código de Defesa do Consumidor,

proíbe que o fornecedor de produtos e serviços exija do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

Hospitais e clínicas particulares aproveitam-se da fragilidade em que se encontra o usuário do serviço de saúde para tirar vantagem nas suas relações comerciais com a operadora do plano de saúde, o abuso torna-se maior, pois já existe um convênio firmado entre o plano e o hospital.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o desrespeito ao princípio da boa-fé nas relações de consumo. A exigência da caução ou “garantias” similares pressupõe que o paciente não vai cumprir com sua obrigação de pagar pelos serviços utilizados.

Ante o exposto, defendemos que esta prática abusiva precisa ser abolida no Estado do Paraná. Não podemos admitir que pessoas que necessitam de atendimento médico-hospitalar continuem sendo desrespeitadas no direito básico à saúde. Por isso, esperamos que o projeto em pauta tenha o posicionamento favorável.

PROJETO DE LEI Nº 180/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da rede pública e privada do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná, a obrigatoriedade de manutenção, em caráter permanente e como atividade extra-curricular, de um Programa de Orientação e Prevenção do Uso de Drogas.

Art. 2º - Para alcançar o disposto artigo anterior, torna-se obrigatório o estudo e a capacitação do corpo docente da dependência química e suas conseqüências psicossociológicas.

Art. 3º - As atividades de prevenção do uso da droga e de estudo da dependência química, mencionadas nos artigos 1º e 2º são reputadas de relevante interesse público, podendo, para tanto, ser utilizado os recursos e apoio disponíveis da Secretaria Estadual da Educação, do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria da Justiça e dos órgãos de Segurança Pública.

Parágrafo Único - Compete à rede de ensino privado a promoção do estudo e capacitação, e da implantação da disciplina extra-curricular, em caráter obrigatório, em conformidade com as diretrizes e conteúdo programático a serem definidos pelo Poder Executivo.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O uso e a dependência de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, é um problema social de grande magnitude, posto atingir todas as camadas sociais.

Além de gerar inúmeros problemas de saúde, a dependência de drogas desestabiliza a ordem pública, social e familiar. É comum o dependente envolver todo seu ciclo de convívio e relações no intuito de alcançar o objetivo de consumir a droga, como acontece com o pai de família que deixa de mantê-la para sustentar o vício, como acontece com o jovem que, na falta de recursos, se envolve com outros crimes, como o roubo, assalto, tráfico etc. para satisfazer o vício, operando, assim para o aumento da criminalidade.

É na fase da infância e adolescência que se firma a personalidade do ser humano, havendo a formulação dos conceitos morais ou imorais que irão nortear a conduta do futuro adulto. Por isso, o meio mais eficaz de combater o uso e a dependência de drogas é formar no jovem a consciência dos malefícios da droga, de forma a prevenir futuros dependentes ou usuários, bem como futuros criminosos, protegendo, pois, a sociedade como um todo.

Ora, a ação de prevenção de drogas, de forma educativa, será o verdadeiro pilar no combate às drogas, pois diminuirá a necessidade da ação repressiva, que muitas vezes, acontece tardiamente. Só a prevenção é capaz de livrar o jovem da droga e livrar toda a sociedade de suas desastrosas conseqüências.

Os jovens, pela vulnerabilidade e suscetibilidade psicológicas, fruto da personalidade em formação, transformam-se no alvo mais fácil dos aliciadores, que buscam, incessantemente, novos adeptos. Este é o motivo pelo qual os jovens precisam estar preparados e informados dos malefícios das drogas. Só que para isso acontecer é necessário que o corpo docente seja capacitado no assunto.

Hoje, algumas escolas tratam do assunto como tema transversal, ou seja, dentro de qualquer matéria que esteja sendo ministrada, o docente aborda o tema de forma casual, a depender do surgimento do assunto. Todavia, isso é insuficiente para a formação e o esclarecimento do adolescente.

Fica a cargo do Poder Executivo a regulamentação desta lei, que deverá estabelecer as diretrizes para implantação das atividades e do conteúdo básico da disciplina extra-curricular.

É por tudo isso que surge a inclusão nas escolas públicas e privadas do estudo sobre a dependência química e do programa de orientação e prevenção do uso de drogas em caráter permanente.

PROJETO DE LEI Nº 181/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 1º - Esta lei estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pelo Estado do Paraná.

§ 1º - As normas desta lei visam a tutela dos direitos do usuário e aplicam-se aos serviços públicos prestados:

- a) pela Administração Pública direta, indireta e fundacional;
- b) pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa;
- c) por particular, mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

§ 2º - Esta lei se aplica aos particulares somente no que concerne ao serviço público delegado.

Art. 2º - Periodicamente o Poder Executivo publicará e divulgará quadro geral dos serviços públicos prestados pelo Estado do Paraná, especificando os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização.

Parágrafo Único - A periodicidade será, no mínimo, anual.

Capítulo II

Dos Direitos dos Usuários

Seção I

Dos Direitos Básicos

Art. 3º - São direitos básicos do usuário:

- I - a informação;
- II - a qualidade na prestação do serviço;
- III - o controle adequado do serviço público.

Seção II

Do Direito à Informação

Art. 4º - O usuário tem o direito de obter informações precisas sobre:

- I - o horário de funcionamento das unidades administrativas;
- II - o tipo de atividade exercida em cada órgão, sua localização exata e a indicação do responsável pelo atendimento ao público;
- III - os procedimentos para acesso a exames, formulários e outros dados necessários à prestação do serviço;
- IV - a autoridade ou o órgão encarregado de receber queixas, reclamações ou sugestões;
- V - a tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;
- VI - as decisões proferidas e respectiva motivação, inclusive opiniões divergentes, constantes de processo administrativo em que figure como interessado.

§ 1º - O direito à informação será sempre assegurado, salvo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal.

§ 2º - A notificação, a intimação ou o aviso relativo à decisão administrativa, que devam ser formalizados por meio de publicação no órgão oficial somente serão feitos a partir do dia em que o respectivo processo estiver dis-

ponível para vista do interessado, na repartição competente.

Art. 5º - Para assegurar o direito à informação previsto no Artigo 4º, o prestador de serviço público deve oferecer aos usuários acesso a:

- I - atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica;
- II - informação computadorizada, sempre que possível;
- III - banco de dados referentes à estrutura dos prestadores de serviço;
- IV - informações demográficas e econômicas acaso existente, inclusive mediante divulgação pelas redes públicas de comunicação;
- V - programa de informações, integrante do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, a que se refere o artigo 28;
- VI - minutas de contratos - padrão redigidas em termos claros, com caracteres ostensivos e legíveis, de fácil compreensão;
- VII - sistemas de comunicação visual adequados, com a utilização de cartazes, indicativos, roteiros, folhetos explicativos, crachás, além de outros;
- VIII - informações relativas à composição das taxas e tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos, recebendo o usuário, em tempo hábil, cobrança por meio de documento contendo os dados necessários à exata compreensão da extensão do serviço prestado;

IX - banco de dados, do interesse público, contendo informações quanto a gastos, licitações e contratações, de modo a permitir acompanhamento e maior controle da utilização dos recursos públicos por parte do contribuinte.

Seção III

Do Direito à Qualidade do Serviço

Art. 6º - O usuário faz jus à prestação de serviços públicos de boa qualidade.

Art. 7º - O direito à qualidade do serviço exige dos agentes públicos e prestadores de serviço público:

- I - urbanidade e respeito no atendimento aos usuários do serviço;
- II - atendimento por ordem de chegada, assegurada prioridade a idosos, grávidas, doentes e deficientes físicos;
- III - igualdade de tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação;
- IV - racionalização na prestação de serviços;
- V - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições a sanções não previstas em lei;
- VI - cumprimento de prazos e normas procedimentais;

VII - fixação e observância de horário e normas compatíveis com o bom atendimento do usuário;

VIII - adoção de medidas de proteção à saúde ou segurança dos usuários;

IX - autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;

X - manutenção de instalações limpas, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço ou atendimento;

XI - observância dos Códigos de Ética aplicáveis às várias categorias de agentes públicos.

Parágrafo Único - O planejamento e o desenvolvimento de programas de capacitação gerencial e tecnológica, na área de recursos humanos, aliados à utilização de equipamentos modernos, são indispensáveis à boa qualidade do serviço público.

Seção IV

Do Direito ao Controle Adequado do Serviço

Art. 8º - O usuário tem direito ao controle adequado do serviço.

§ 1º - Para assegurar o direito a que se refere este artigo, o chefe do Poder Executivo fica autorizado a instituir em todos os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos no Estado do Paraná:

- a) Ouvidoria;
- b) Comissões de Ética;

§ 2º - Serão incluídas nos contratos ou atos, que tenham por objeto a delegação, a qualquer título, dos serviços públicos a que se refere esta lei, cláusulas ou condições específicas que assegurem a aplicação do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 9º - Compete à Ouvidoria avaliar a procedência de sugestões, reclamações e denúncias e encaminhá-las às autoridades competentes, inclusive à Comissão de Ética, visando a:

- I - melhoria dos serviços públicos;
- II - correção de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços públicos;
- III - apuração de atos de improbidade e de ilícitos administrativos;
- IV - prevenção e correção de atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta lei;
- V - proteção dos direitos dos usuários;
- VI - garantia da qualidade dos serviços prestados.

Parágrafo Único - As Ouvidorias apresentarão à autoridade superior, que encaminhará ao governador, relatório semestral de suas atividades, acompanhado de sugestões para aprimoramento do serviço público.

Art. 10 - Cabe às Comissões de Ética, conhecer das consultas, denúncias e representações formuladas contra

o servidor público, por infringência a princípio ou norma ético-profissional, adotando as providências cabíveis.

Capítulo III

Do Processo Administrativo

Seção I

Disposições Gerais

Art. 11 - Os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 12 - O processo administrativo para apuração de ato ofensivo e normas desta lei compreende três fases: instauração, instrução e decisão.

Art. 13 - Os procedimentos administrativos advindos da presente lei serão impulsionados e instruídos de ofício e observarão os princípios da igualdade, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da celeridade, da economia, da proporcionalidade dos meios aos fins, da razoabilidade e da boa-fé.

Art. 14 - Todos os atos administrativos do processo terão forma escrita, com registro em banco de dados próprio, indicando a data e o local de sua emissão e contendo a assinatura do agente público responsável.

Art. 15 - Serão observados os seguintes prazos no processo administrativo, quando outros não forem estabelecidos em lei:

I - 2 (dois) dias, para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos e outras providências de simples expediente;

II - 4 (quatro) dias, para efetivação de notificação ou intimação pessoal;

III - 5 (cinco) dias, para elaboração de informe sem caráter técnico;

IV - 15 (quinze) dias, para elaboração de pareceres, perícias e informes técnicos, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias a critério da autoridade superior, mediante pedido fundamentado;

V - 5 (cinco) dias, para decisões no curso do processo;

VI - 15 (quinze) dias, a contar do término da instrução, para decisão final;

VII - 10 (dez) dias, para manifestação em geral do usuário ou providências a seu cargo.

Seção II

Da Instauração

Art. 16 - O processo administrativo será instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer usuário

de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.

Art. 17 - A instauração do processo por iniciativa da Administração far-se-á por ato devidamente fundamentado.

Art. 18 - O requerimento será dirigido à Ouvidoria do órgão ou entidade responsável pela infração, devendo conter:

I - a identificação do denunciante ou de quem o represente;

II - o domicílio do denunciante ou local para recebimento de comunicações;

III - informações sobre o fato e sua autoria;

IV - indicação das provas de que tenha conhecimento;

V - data e assinatura do denunciante.

§ 1º - O requerimento verbal deverá ser reduzido a termo.

§ 2º - Os prestadores de serviço deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no *caput* deste artigo, contendo reclamações e sugestões, ficando facultado ao usuário a sua utilização.

Art. 19 - Em nenhuma hipótese será recusado o protocolo de petição, reclamação ou representação formuladas nos termos desta lei, sob pena de responsabilidade do agente.

Art. 20 - Será rejeitada, por decisão fundamentada, a representação manifestamente improcedente.

§ 1º - Da rejeição caberá recursos no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação do denunciante ou seu representante.

§ 2º - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado.

Art. 21 - Durante a tramitação do processo é assegurado ao interessado:

I - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força da lei;

II - ter vista dos autos e obter cópia dos documentos nele contidos;

III - ter ciência da tramitação do processo e das decisões nele proferidas, inclusive da respectiva motivação e das opiniões divergentes;

IV - formular alegações e apresentar documentos, que, juntados aos autos, serão apreciados pelo órgão responsável pela apuração dos fatos.

Seção III

Da Instrução

Art. 22 - Para a instrução do processo, a Administração atuará de ofício, sem prejuízo ao direito dos inte-

ressados de juntar documentos, requerer diligências e perícias.

Parágrafo Único - Os atos de instrução que exijam a atuação do interessado devem realizar-se do modo menos oneroso para este.

Art. 23 - Serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, admitindo-se toda e qualquer forma de prova, salvo as obtidas por meios ilícitos.

Art. 24 - Ao interessado e ao seu procurador é assegurado o direito de retirar os autos da repartição ou unidade administrativa, mediante a assinatura de recibo, durante o prazo para manifestação, salvo na hipótese de prazo comum.

Art. 25 - Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, estes serão intimados para esse fim, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo Único - Quando a intimação for feita ao denunciante para fornecimento de informações ou de documentos necessários a apreciação e apuração da denúncia, o não atendimento implicará no arquivamento do processo, se de outro modo o órgão responsável pelo processo não puder obter os dados solicitados.

Art. 26 - Concluída a instrução, os interessados terão o prazo de 10 (dez) dias para manifestação pessoal ou por meio de advogado.

Seção V

Da Decisão

Art. 27 - O órgão responsável pela apuração de infração às normas desta lei deverá proferir a decisão que, conforme o caso, poderá determinar:

I - o arquivamento dos autos;

II - o encaminhamento dos autos aos órgãos competentes para apurar os ilícitos administrativo, civil e criminal, se for o caso;

III - a elaboração de sugestões para melhoria dos serviços públicos, correções de erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços, prevenção e correção de atos e procedimentos incompatíveis com as normas desta lei, bem como proteção dos direitos dos usuários.

Capítulo IV

Das Sanções

Art. 28 - A infração às normas desta lei sujeitará o servidor público às sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná e nos regulamentos das entidades da Administração direta e indireta, sem

prejuízo de outras de natureza administrativa, civil ou penal.

Parágrafo Único - Para as entidades particulares delegatárias de serviço público, a qualquer título, as sanções aplicáveis são as previstas nos respectivos atos de delegação, com base na legislação vigente.

Capítulo V

Do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos

Art. 29 - Fica igualmente autorizada a instituição do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, que terá por objetivo criar e assegurar:

I - canal de comunicação direto entre os prestadores de serviços e os usuários, a fim de aferir o grau de satisfação destes últimos e estimular a apresentação de sugestões;

II - programa integral de informação para assegurar ao usuário o acompanhamento e fiscalização do serviço público;

III - programa de qualidade adequado, que garanta os direitos do usuário;

IV - programa de educação do usuário, compreendendo a elaboração de manuais informativos dos seus direitos, dos procedimentos disponíveis para o seu exercício e dos órgãos e endereços para apresentação de queixas e sugestões;

V - programa de racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VI - mecanismos alternativos e informais de solução de conflitos, inclusive contemplando formas de liquidação de obrigações decorrentes de danos na prestação de serviços públicos;

VII - programa de incentivo à participação de associações e órgãos representativos de classes ou categorias profissionais para defesa dos associados;

VIII - programa de treinamento e valorização dos agentes públicos;

IX - programa de avaliação dos serviços públicos prestados.

§ 1º - Os dados colhidos pelo canal de comunicações serão utilizados na realização do programa de informações, com o objetivo de tornar os serviços mais próximos da expectativa dos usuários.

§ 2º - O Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos divulgará, anualmente, a lista de órgãos públicos contra os quais houve reclamações em relação à sua eficiência, indicando, a seguir, os resultados dos respectivos processos.

Art. 30 - Integram o Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos:

I - as Ouvidorias;

II - as Comissões de Ética;

III - uma Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado do Paraná, com

representação dos usuários, que terá por finalidade sistematizar e controlar todas as informações relativas aos serviços especificados nesta lei, facilitando o acesso aos dados colhidos;

IV - os órgãos encarregados do desenvolvimento de programas de qualidade do serviço público.

Parágrafo Único - O Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos atuará de forma integrada com entidades representativas da sociedade civil.

Capítulo VI

Das Disposições Transitórias

Art. 31 - As Comissões de Ética e as Ouvidorias terão sua composição definida em atos regulamentadores a serem baixados, em suas respectivas esferas administrativas, pelos chefes do Executivo e do Ministério Público, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 32 - Até que seja instituída a Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado do Paraná, suas atribuições serão exercidas pela Ouvidoria do Estado.

Art. 33 - A primeira publicação do quadro geral de serviços públicos prestados pelo Estado do Paraná deverá ser feita no prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta lei.

Art. 34 - A implantação do programa de avaliação do serviço público será imediata, devendo ser apresentado o primeiro relatório no prazo de 6 (seis) meses, contados da vigência desta lei.

Art. 35 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Considerando que em um Estado, democrático de direito, o papel do Legislativo é promover o bem-estar da população, assegurando-lhe o pleno exercício dos seus direitos;

considerando que a prestação de serviços de qualidade, o acesso à informação e a ampliação dos mecanismos de controle e transparência na gestão do bem público devem ser incentivados e praticados para a defesa do cidadão e aperfeiçoamento do próprio processo democrático, é que propomos a nossos ilustres pares, a instituição do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos.

O Código de Defesa do Consumidor já traz um conjunto de preceitos e normas adequando o serviço público. Entretanto, é competência concorrente do Estado, através do Legislativo, criar mecanismos internos

de prestação de serviço de qualidade objetivando o atendimento do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, a deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, companheiros, companheiras.

Estivemos em Londrina e outras cidades da Região Norte, cumprindo nosso dever e obrigação de parlamentar, que é fazer as nossas andanças pelos municípios, conhecer os problemas, as realidades, para que tenhamos uma atuação, de fato, otimizada, conhecendo a realidade cotidiana do nosso Estado.

Nosso governador, Roberto Requião, esteve em Londrina para a abertura da exposição agropecuária, uma das maiores exposições do Brasil no gênero, bem como, o ministro da Agricultura, representando o presidente da República, Lula, que estará no dia doze para a fase final da Exposição Agropecuária de Londrina, dando uma demonstração de prestígio, de respeito às ações e atividades de realização das cidades do Paraná, especialmente, àquelas ligadas à agropecuária, ao desenvolvimento, o que é de fundamental importância.

Gostaríamos de comentar, aqui, hoje, porque entendemos que é preciso prestar contas do que estamos realizando, do que o nosso governo, governo Roberto Requião está realizando diante das situações da área da saúde, na educação.

Em relação à saúde em Londrina, estamos de fato enfrentando uma das maiores epidemias que já enfrentamos que é a questão da dengue, o que é notícia nacional.

No Rio de Janeiro já não há quase o problema da dengue em função dos investimentos e da ação maciça do governo para o combate da dengue naquele Estado. O mesmo acontecendo aqui, no Paraná, considerando que em Londrina já existem dois mil quinhentos e vinte e cinco casos de dengue, com alguns casos de dengue hemorrágica, o que é extremamente preocupante.

O governo estadual vai liberar mais setecentos mil reais imediatamente para o combate à dengue na cidade de Londrina. O governador Roberto Requião fez esse anúncio, oficializou essa informação e já autorizou o repasse de mais quinhentos e quarenta mil. Ao todo Londrina já recebeu um milhão e duzentos mil reais, especialmente para o combate à dengue.

Aqueles mais afoitos que costumam dizer que o governo não está fazendo nada, é importante prestar atenção e acompanhar as ações do governo nas diversas áreas, fundamentalmente nas áreas ligadas à questão social.

Todo país sério, todo governante responsável e de fato preocupado em melhorar a qualidade de vida da sua população, não faz cortes em investimentos, principalmente nas áreas sociais.

O que houve durante os oito anos do governo passado foram cortes sistemáticos na área de assistência social, na área da saúde, na área da educação. Aqueles setores e aquelas áreas que são a espinha dorsal da garantia dos direitos humanos, da garantia de uma vida digna à população do Estado. É uma vergonha o que aconteceu durante esses dois anos! Não paramos de nos surpreender! Em Londrina, nas cidades circunvizinhas, aqui no sul do Estado nós temos estruturas que estão verdadeiramente sucateadas.

E, cobrar apenas do prefeito de Londrina que resolva rapidamente a questão da dengue é a coisa mais simplista que já vi, porque na verdade foram 08 anos de descaso em relação a essa questão preventiva na cidade de Londrina. Nós temos dados, relatórios, solicitações, pedidos, projetos, falando da importância desse investimento.

Exatamente o que o governo está fazendo agora. Então, em três meses, o governo do Estado do Paraná fez mais, investiu mais nessas áreas, do que o governador durante os oito anos.

Nós estamos agora já somando um milhão e duzentos mil só para o combate à dengue, fora as outras questões, os outros investimentos.

Gostaria de dizer também que o Dr. Cláudio Xavier, nosso secretário de Saúde, criou uma comissão permanente que foi formada em Londrina. Começa por Londrina, exatamente porque lá é um local de epidemia, para resolver, discutir e apresentar projetos e ações já para tentar pensar no próximo ano em relação à questão da dengue em Londrina.

Então, planeja-se o ano seguinte já com ações e atividades a partir de agora, do inverno que daqui a pouco estaremos entrando.

Essa comissão terá trinta dias para apresentar à Secretaria de Estado da Saúde, uma equipe composta por integrantes do governo, da 17ª Regional de Saúde, mais vinte municípios do Norte do Paraná, o secretário de Saúde em Londrina, Dr. Silvio Fernandes, todos envolvidos numa ação contundente, uma ação firme para tentar impedir que tenhamos novos prejuízos como tivemos agora no campo da saúde na cidade de Londrina.

Então, isso é uma demonstração de quando há vontade, quando há respeito pela população, deputado Dobrandino. E quando há compromisso em governar, prestando atenção na população, as coisas de fato acontecem. Tudo é possível, não há dificuldade que inviabilize, que anestesie ações que possam melhorar a qualidade de vida da população. Chega de choramingsos, chega de dizer que é impossível isso, impossível aquilo.

O governador Roberto Requião está dando uma demonstração pública, rápida, em relação a mostrar que é possível, sim, fazer pela população, apesar do desmonte em que nós encontramos o Estado do Paraná, eu diria que em todas as áreas. Porque não é possível admitir, não é possível aceitar, é injustificável o que aconteceu no Paraná em relação à saúde, à educação e atendimento

social. Um governo que gastou quinhentos milhões de reais em publicidade para mostrar um Estado virtual, um Estado irreal, um Estado que, se desligasse a mídia, ele desapareceria, mostrando para outros Estados do Brasil, até em nível internacional, uma situação que não corresponde absolutamente à realidade do Estado do Paraná.

O Paraná empobreceu, andou para trás e isso é comprovado com pesquisa científica, com estudo, e o diagnóstico foi encomendado pelo governo Roberto Requião para conhecermos a situação social do Paraná, econômica e política. E nós estamos realmente num patamar e num índice bastante insatisfatório, diria até que vergonhoso em relação ao potencial e à capacidade deste Estado. Um Estado que temos notícias que produzirá nesta safra, dez milhões e seiscentos mil toneladas de soja, inclusive com a perspectiva da safrinha do milho, passando de cinco a seis milhões de toneladas. Talvez produzindo mais na safrinha do que na safra normal.

Isso são dados que mostram que, o que há é uma péssima distribuição de rendas, é o descaso das autoridades constituídas em relação a distribuir melhor, a investir corretamente, a ter consciência e responsabilidade na hora de colocar os recursos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, deputado Doutor Luciano.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria, inicialmente, de parabenizar todos os jornalistas que estão aqui presentes pelo seu dia, e também hoje, como Dia Mundial da Saúde, também levantar algumas questões referentes a esse setor.

Como todos sabem, o SUS, Sistema Único de Saúde, é uma construção coletiva, uma construção de toda a sociedade que vem, desde a 3ª Conferência Nacional de Saúde, em 1963, depois com um interstício até 1986, quando a 8ª Conferência Nacional de Saúde praticamente deu a base de organização no SUS para que se chegasse na Constituição de 1988, nós tivéssemos dentro da Constituição toda a organização do SUS, que foi complementada em 1990, com as Leis nºs 8142 e 8080. E durante todos esses anos, mais de quinze anos de construção do Sistema Único de Saúde no País, nós vimos muitas lutas, tanto dos trabalhadores da área da saúde, como dos diversos setores organizados do sistema, independente da cor partidária. Vimos tanto as instâncias: a instância bipartite, a instância tripartite, o Conselho Nacional de Saúde, enfim, todos trabalhando em conjunto para um desenvolvimento do Sistema de Saúde Nacional, Estadual e Municipal com o mesmo conceito, com a mesma conceituação por todas as partes. E assim aqui em Curitiba também, nos últimos mais de quinze anos, vem se implementando um modelo de saúde que começou em 1979, com a implantação da Atenção Primária e Saúde, com base na Conferência de Alma Hatha, realizada na Rússia em 1978, onde você delineia todo um

projeto de atenção primária e saúde para a Cidade de Curitiba.

Conversando com o governador Jaime Lerner, quando prefeito de Curitiba, posteriormente o prefeito Maurício Fruet, dando continuidade a esse projeto; depois com o governador e então prefeito Roberto Requião, que montou, que constituiu a Secretaria Municipal de Saúde em 1986; depois, novamente com o governador Jaime Lerner, ampliando significativamente toda a rede municipal de saúde, com os 24 horas e um grande número de unidades de saúde; posteriormente com o prefeito Rafael Grega, também o Sistema continuou avançando; e agora, nestes últimos anos, com o prefeito Cássio Taniguchi também tivemos um grande avanço, atingindo indicadores nunca conquistados anteriormente, como a mortalidade infantil chegando, no ano passado, a 11,6 mortes por mil nascidos vivos; a mortalidade materna atingindo um dos menores indicadores, se não o menor indicador do Brasil - em torno de vinte para cada cem mil gestantes; o indicador de mortalidade infantil também é o menor das grandes cidades do Brasil; programas como "mãe curitibana"; agente comunitário de saúde, com mais de um mil agentes comunitários de saúde; mais de cem equipes do saúde da família.

Então, são vários indicadores positivos que fizeram com que a cidade avançasse muito neste setor. E me surpreendi quando, lendo o jornal "O Estado do Paraná", na semana passada, verifiquei que em uma reunião, um encontro que ocorreu durante a semana, diretores da Secretaria de Estado da Saúde fizeram referências negativas aos indicadores da cidade de Curitiba na área da saúde: comparando o Batel à Bélgica, e a Cachimba à Caxemira. Acho que é um puro desconhecimento de quem fez esses comentários e de uma infelicidade muito grande por não conhecer os indicadores da Cachimba ou, talvez, não conhecer a Cachimba; por não conhecer a dona Vilma, o Valter E., não conhecer a Unidade de Saúde que está lá atendendo com o Saúde da Família; não saber que na Caxemira, na Índia, que é o local dos piores indicadores da Índia, a mortalidade materna é quase seiscentos por cem mil, e infantil é quase 100 por mil. E na Cachimba, no ano passado, não tivemos nenhum óbito infantil.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pronunciamento ou usar o horário da liderança do seu Partido.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Não conhecer esses indicadores do Cachimba, não conhecer as pessoas que moram lá, como há mais de duas semanas atrás, quando fizemos uma denúncia aqui do processo que os funcionários do Cemepar estavam passando, sendo revistados. E o secretário se comprometeu a pedir desculpas para os funcionários do Cemepar. Entendo que cabe aqui pedir desculpas também aos

moradores do Cachimba, aos trabalhadores da área da saúde que lá trabalham, no dia-a-dia, lutando pela melhora da saúde daquela população. Mesmo tendo aquela área de invasão, do Milinho, não morreu criança no último ano no Cachimba.

Também queria aqui aproveitar para parabenizar o secretário de Estado da Saúde, por outro lado, nas ações que está fazendo contra a dengue, porque há mais de duas semanas nós estivemos aqui também relatando que aquelas ações que vinham sendo feitas pela Secretaria de Estado da Saúde precisariam ser implementadas a mais, com mais disponibilidade de recursos, com mais ações e estamos vendo que isso está acontecendo. A preocupação de se evitar a dengue hemorrágica, e a deputada no dia seguinte inclusive contestou a minha fala, mostrando o que vinha sendo feito, mas hoje coloca aqui, claramente, que era insuficiente.

Tanto é que o governador Roberto Requião está liberando mais de um milhão de reais para fazer o combate preciso da dengue no município de Londrina.

Espero, de coração, que realmente no ano que vem aconteça como aconteceu no Rio de Janeiro, a epidemia da dengue ser controlada, não só em Londrina, mas em todo o Estado do Paraná. Da mesma forma, nós vimos no jornal Folha de Londrina, que o secretário coloca claramente como é ridículo o orçamento que a saúde do Estado do Paraná tem.

E eu compartilho totalmente com o secretário de Estado da Saúde e também considero ridículo o orçamento destinado àquela secretaria, que hoje, mais de trezentos milhões de reais são comprometidos com ações que não são da Saúde, e isso vem criando grandes dificuldades no investimento e no aperfeiçoamento do sistema de saúde. Sei também que esse é um orçamento que veio do governo anterior; não desconheço isso, mas também não desconheço que a equipe de transição teve a oportunidade de mudá-lo durante o período de transição e não o fez.

E espero que o projeto de lei que apresentamos aqui - eu e o deputado André Vargas - passe rapidamente para a CCJ. Agora que o colocamos como regime de urgência, e que tramite na Casa para que possa definir claramente o que é despesa da área da Saúde, porque se aprovarmos isso, vamos ter mais de trezentos milhões no ano que vem, no setor, para serem investidos junto aos municípios e aperfeiçoarmos esse sistema no Estado do Paraná. Também naquele dia, quando fiz o pronunciamento da dengue, coloquei a questão de setenta e uma crianças que têm fenilcetonúria e que tinham problemas com a questão do leite importado da Alemanha para manterem o seu padrão de saúde em condições boas. Naquele dia, o deputado Ângelo Vanhoni nos colocou aqui que até o final de semana, na sexta-feira, estaria sendo adquirido esse leite.

Hoje na Folha de São Paulo, vejo uma nota no painel sobre prateleira vazia, onde se coloca que ainda o leite não chegou e também que o governador garante que

até o final do mês esse leite estará à disposição e que a culpa é do governo anterior.

Olha, esse é um processo que dispensa licitação; a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba em cinco dias comprou o leite para as crianças, e se tivesse boa-vontade, com certeza ele já estaria à disposição dessas crianças com fenilcetonúria.

Também quero levantar outra questão, que é a questão de Maringá, que hoje, vive uma dificuldade muito grande na questão de oncologia, onde mais de 30% do atendimento na área do câncer foi cortado por falta de recursos financeiros no teto. Acredito que tenha que haver uma grande mobilização de todos os deputados no sentido de se conseguir, junto à Brasília, o aumento do teto financeiro para se dar solução de continuidade aos pacientes que precisam de tratamento contra o câncer e que estão deixando de ser atendidos os novos pacientes naquela cidade. Vi, inclusive, uma matéria do prefeito colocando a gravidade sobre essa situação.

Também nos surpreendeu no Dia Mundial da Saúde, quatro, cinco dias antes do Dia Mundial da Saúde, uma luta muito grande do nosso setor que é a luta contra o tabagismo, aonde o ex-ministro José Serra com grande esforço conseguiu aprovar uma lei na Câmara Federal aonde possibilitou que a partir de janeiro deste ano seria proibido publicidade da área de cigarros em todos os eventos esportivos. E, na quinta-feira, antes da corrida de Fórmula 1, essa lei foi prorrogada até 2005, causando uma série de constrangimentos para todos que militam na área, para a Anvisa, e gostaria de fazer uma leitura do que diz o meu amigo, Eduardo Jorge, ex-deputado federal do PT, ex-secretário municipal do Estado de São Paulo.

(Lê):

“Quando no Fórum Social Mundial, petistas e comunistas, falam de boca cheia sobre a soberania, nacionalismo, imperialismo, capitalismo e outros ismos, lembre-se da fumaça dos cigarros na Fórmula 1 em São Paulo e da humilhação da nossa Agência de Vigilância Sanitária”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado André Vargas, no Pequeno Expediente.

(Declina)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PFL, PP, PDT.

(Declinam)

PT com a palavra.

Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria inicialmente, de parabenizar a todos os jornalistas pelo seu dia. Sabemos o quanto é importante este trabalho da imprensa, sabemos que os jornalistas não

medem esforços para poder levar a notícia, levar a informação, estão cobrindo todos os eventos desde o menor ao mais importante, não medindo também risco de vida, mas estão presentes a todo momento, levando as informações necessárias para o nosso povo.

Queria também dizer que na manhã de hoje participamos da assinatura de um convênio no Palácio Iguaçu, do governo com a Pastoral da Criança; convênio importante porque a Pastoral da Criança vem desenvolvendo um trabalho de combate à mortalidade infantil, de grande importância para a nossa sociedade de uma maneira especial para a camada mais desfavorecida e que precisa de um apoio, que precisam que a Pastoral esteja no seu dia-a-dia lá presente levando informações e combatendo o que hoje nós sabemos que assusta ainda o Brasil que é a mortalidade infantil.

Convênio assinado na manhã de hoje, que com certeza trará grandes benefícios para todos nós e de uma maneira especial para o nosso povo do Paraná e que sem dúvida nenhuma é bem merecido, pois nesse trabalho da Pastoral a gente sabe que é um trabalho não só nacional, mas internacionalmente, porque é um trabalho voluntário, mas é um trabalho de grande valia para todo o povo, de uma maneira especial para as crianças.

Na qualidade de líder da Bancada do PT, também gostaria de deixar um convite a todos os deputados nesta Casa, hoje à noite nosso líder maior, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fará um pronunciamento em rede nacional de rádio e TV e na oportunidade o presidente fará um balanço dos primeiros 100 dias. Com certeza vai enfatizar o momento político econômico e social vivido pelo Brasil. Sem dúvida nenhuma o presidente vai se referir ao esforço feito para garantir um processo maduro de transição política e econômica que restabeleceu no País a confiança e credibilidade do povo brasileiro.

Tais fatos foram fundamentais para tirar o País da crise, baixando o Risco Brasil dos 2.500 pontos para os atuais 938 e mantendo o valor do dólar para R\$3,20 contra os quase R\$4,00 herdados de Fernando Henrique Cardoso, situação que com certeza não foi fácil para o governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas que teve a capacitação e a coragem política de enfrentar, sem perder de vista os compromissos com as prioridades sociais assumidas em campanha.

Por isso, entendemos que o pronunciamento do presidente Lula será importante para marcar o início de uma caminhada para construção de um Brasil mais justo, democrático, fraterno, enfim de um País para todos.

É assim que aguardamos o pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e esperamos claro, já temos sentido bons resultados nestes primeiros dias de governo e esperamos muito mais, durante estes quatro anos. É difícil já fazer uma avaliação profunda de programas e projetos, porque os programas que o Lula tem não são programas para 3 ou 4 meses de governo, mas são

para 4 anos de Governo. Nós esperamos, nestes quatro anos fazer um Brasil para os brasileiros e com justiça social.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Temos a honra de aqui receber o deputado Federal Haully, que muito nos honra com sua presença.

Queremos anunciar também a presença do Sr. José Maury de Oliveira Martins, coordenar estadual do Sine.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto e Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 565, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando destaque dos itens 1 e 2 da Ordem do Dia da Sessão de hoje, para serem votados em conjunto e votando-se os demais itens, em bloco. Em votação.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 599/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que proíbe a locação de equipamentos para a fiscalização das rodovias estaduais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 046/00

Curitiba, 23 de março de 2000.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 001/2000, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 599/99, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, fica proibido de "locar equipamentos eletrônicos, fotográficos, elétricos, mecânicos ou similares, que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais".

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre de pronunciamento expendido pela Diretoria Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, que através do ofício nº 054/2000, datado de 1º do corrente mês, assevera ser a medida contrária ao interesse público e do contido nas conclusões do Parecer nº 069/2000, da Procuradoria Geral do Estado, apontando prismas de inconstitucionalidade da medida. O teor do referido ofício do DER e das conclusões do Parecer da PGE, cujos termos ratifico, são adiante transcritos e consubstanciam as razões fundamentais do veto ora apostado:

"Em análise ao Projeto de Lei nº 599/99, o qual proíbe este Departamento de locar equipamentos eletrônicos, fotográficos, elétricos, mecânicos ou similares que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, temos a considerar preliminarmente que o DER/PR foi instituído como órgão executivo de trânsito rodoviário, integrante do sistema nacional de trânsito, através da Lei Federal nº 9503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, cuja a competência está inserida no artigo 21, daquele diploma legal, salientando ainda que no seu artigo 1º, parágrafo 3º lhe são atribuídas as seguintes responsabilidades:

Art. 1º - O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação rege-se por este código.

§ 3º - Os órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

Note-se perfeitamente pelo dispositivo legal, antes mencionado, que é de responsabilidade do Departamento, manter a segurança no trânsito, sendo que o poder de contratar a locação de equipamentos para o controle e fiscalização da velocidade é um dos meios que possui para otimizar sua competência.

O DER/PR é responsável pela segurança rodoviária de aproximadamente 10 mil km de rodovias que cor-

tam o nosso Estado. Para fins de fiscalização, considerando os dois sentidos da via esta quilometragem dobra, ou seja, o Órgão Executivo Rodoviário de Trânsito (DER/PR) é responsável pela fiscalização de 20 mil km de rodovias, com as mais diversas características, rodovias estas que no ano de 1999 registraram 9.473 acidentes, dos quais infelizmente 660 são vítimas fatais, sendo a causa principal dos acidentes, o excesso de velocidade.

Com os equipamentos existentes, 60 radares tradicionais, lembrando que os mesmos estão em via de serem desativados vez que o § 5º da Resolução 820/96 do Contran alterado pela Resolução 86/99, determinam que a fiscalização do controle de velocidade a partir de 1º de julho de 2000, somente poderá ser efetuado através de equipamentos com características definidas, ou seja, registro fotográfico, o DER/PR consegue cobrir aproximadamente 300 km/dia, remanescendo 19.700 km sem fiscalização o que nos permite afirmar que somente perto de 2% da malha rodoviária de nosso Estado está sendo monitorada.

O DER/PR, ciente da responsabilidade em dar segurança aos usuários das rodovias do Estado, vislumbra promover procedimento licitatório, visando a disponibilidade de equipamentos controladores de velocidade, sendo que a princípio optou-se pela locação dos mesmos, a exemplo do que ocorre na grande maioria dos Órgãos de Trânsito do País, visto que esta prática é indubitavelmente menos onerosa aos mesmos.

Há de se considerar que uma vez promulgado o presente projeto de lei, o DER/PR para dar seguimento e ampliar a fiscalização no que se refere ao controle de velocidade, deverá desembolsar de forma imediata valores consideráveis, não disponíveis, acrescidos dos custos de manutenção e eventuais dificuldades de substituição, por circunstâncias técnicas (falha do equipamento), se considerarmos ainda, a rapidez em que o avanço tecnológico vem ocorrendo tornando os hoje modernos, em equipamentos possíveis de tornarem-se obsoletos em curto período de tempo, já seriam motivos suficientes para justificar a não aquisição dos sofisticados aparelhos.

As constantes mudanças da legislação e até a necessidade de ter-se um tempo de avaliação da operacionalidade dos equipamentos disponibilizados no mercado são fatores que não podem ser desconsiderados.

Por outro lado, na locação destes mesmos equipamentos, seriam desembolsados valores razoáveis, normalmente estando inclusas a manutenção e até se for o caso, a substituição imediata dos aparelhos no caso de avarias.

A área de informática tem sido tratada tanto pelos Órgãos Públicos como pela iniciativa privada de forma diferenciada, evitando-se a aquisição de equipamentos em face da constante atualização tecnológica.

Portanto a obrigatoriedade da compra dos referidos equipamentos por força do impositivo legal se afigura como inviável e que diante do esforço que se faz visando a contenção de despesas no Estado certamente dificultará

ainda mais o cumprimento de um dos objetivos principais do novo CTB, que definiu em seu artigo 1º, parágrafo 5º.

Art. 1º - O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, aberta à circulação rege-se por este código.

...

§ 5º - Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao sistema nacional de trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde do meio-ambiente.

Ou seja, a preservação da vida vem em primeiro lugar, e não é tolhendo os meios que a autoridade de trânsito possui, que se conseguirá este objetivo, visto que comprovadamente o maior número de vítimas fatais em acidentes de trânsito nas rodovias são caracterizados por excesso de velocidade.

Isto posto, entendemos que não deva prosperar o presente projeto de lei, não só por considerar o mesmo inviável, mas também, pelo fato de que o mesmo irá dificultar ao DER, cumprir eficazmente sua função de Órgão Executivo de Trânsito e ocasionando insofismável reflexo negativo no programa de Segurança Rodoviária, tendo como consequência o não desejado aumento do número de acidentes em nossas rodovias."

Conclusões do Parecer nº 069/2000, da Procuradoria Geral do Estado:

"Do texto legal transcrito, infere-se que o projeto pretende determinar a forma pela qual a autarquia responsável pelos Transportes no Estado do Paraná venha a exercer o seu poder de polícia no controle e na fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, e, mais, estabelecendo ainda a proibição de locação dos aludidos equipamentos, determinando, em consequência, que os mesmos só poderão ser utilizados se adquiridos mediante compra.

Averbo, preliminarmente, que as autarquias, gênero de pessoa jurídica de direito público interno ao qual pertence o DER, possuem autonomia administrativa e financeira, tudo na forma da melhor, e reiterada, interpretação doutrinária que se faz do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal. Somente este elemento bastaria para demonstrar a inconstitucionalidade do projeto de lei em exame, uma vez que o mesmo, frontalmente, retira competência administrativa do citado Departamento Estadual.

Contudo, conforme acima averbado, na ementa, a lei estadual em questão padece de outros vícios de inconstitucionalidade perante à Constituição Estadual.

O primeiro vício, é de caráter formal, uma vez que o artigo 87, III, da Carta Estadual estabelece que compete privativamente ao governador exercer, com auxílio dos secretários de Estado, a direção superior da administração estadual.

Ora, para exercer a direção superior da administração estadual, deve o governador prover os órgãos e entidades públicas de recursos, pessoal e bens. A ausência

desses elementos impede que a Administração Pública cumpra com suas finalidades essenciais de atendimento às demandas da sociedade e portanto, seja impedida de cumprir suas finalidades.

O provimento destes bens, se por locação ou compra, pertence ao poder discricionário do Poder Executivo, conforme expressa competência, privativa, localizada no já citado artigo 87, III, da Constituição do Estado.

Não poderia portanto, o Poder Legislativo, proibir a locação dos equipamentos citados, por parte da "direção superior da administração estadual".

Como se tal fato não fosse suficiente por si só, o inciso VI, do mesmo artigo 87 também confere competência privativa ao governador para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

Ainda no campo da inconstitucionalidade formal, pode ser apontado a violação ao exposto no artigo 66, IV da Constituição Federal que determina ser de iniciativa privativa do governador do Estado a criação, estruturação e atribuição das Secretarias do Estado e órgãos da administração pública.

Sobre a "estruturação" dos órgãos da administração pública, podemos colocar, sem a menor sombra de dúvidas, os instrumentos, incluindo-se aí o da locação de serviços, previstos na legislação sobre matéria licitatória, bem como na lei civil, necessários para a prestação dos serviços públicos e/ou o exercício do poder de polícia.

Deste modo, somos de opinião que o Projeto de Lei nº 599/99 poderá sofrer veto por inconstitucionalidade, se essa for a determinação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 599/99 encontra-se publicado no DA nº 178/99, de 24/11/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 29/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 599/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que proíbe a locação de equipamentos para a fiscalização das rodovias estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que proíbe a circulação de carretas e caminhões sobre os ferry-boats, na travessia de Matinhos a Guaratuba. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 016/2001

Curitiba, 11 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 306/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 597/99, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo proibir a circulação de carretas e caminhões sobre os ferry-boats, na travessia de Matinhos a Guaratuba.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre da indiscutível inconstitucionalidade do mesmo, assertiva essa muito bem exposta através do Parecer nº 012/2001, da Procuradoria Geral do Estado, cujos termos endosso, integram as presentes razões de veto e seguem anexos por cópia autêntica.

Por outro lado, vale ressaltar o adiante transcrito pronunciamento do DER, que aborda o assunto pelos aspectos negativos da medida no que tange ao prisma econômico-financeiro.

“Trata o presente Projeto de Lei nº 597/99, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que proíbe a circulação de carretas e caminhões sobre os ferry-boats, na travessia de Matinhos a Guaratuba.

Em análise preliminar desse projeto de lei verificamos que se o mesmo prosperar poderá afetar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 319/96 pois, ..., este departamento, por meio da Portaria nº 351/99, proibiu o tráfego desses veículos nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e aos sábados, domingos e feriados, de forma a não prejudicar o tráfego na temporada de verão. Nos outros meses, no entanto, durante o período de sazonalidade, e com a concordância das Prefeituras Municipais de Matinhos (Of. GAB318/99) e de Guaratuba (Of. 389/99) e também da Associação Comercial e Industrial de Guaratuba - que não se opõem ao tráfego desses veículos no perímetro urbano daqueles municípios -, foi permitido à concessionária efetuar o transporte de carretas e/ou containers vazios, visando preservar a modicidade da tarifa, mantendo-se, desta forma, o equilíbrio econômico-financeiro do referido contrato.

Isto posto, devemos alertar que, em prosperando esse Projeto de Lei nº 597/99, estar-se-á implicando de imediato em um desequilíbrio econômico financeiro,

motivando obrigatoriedade numa readequação tarifária que seria arcada pelos demais usuários do serviço de transporte de ferry-boat, na travessia Matinhos a Guaratuba.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 597/99, encontra-se publicado no DA nº 191/2000, de 14/12/2000, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 025/2001

P A R E C E R :

O governador do Estado, usando da atribuição assegurada pelo artigo 87, inciso VII, e de acordo com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, opôs veto ao Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli, que proíbe a circulação de carretas e caminhões sobre os ferry-boats, na travessia de Matinhos a Guaratuba.

Fundamentação

A proposição em questão, analisados aos aspectos legal, constitucional e regimental da mesma, não apresentou nenhum óbice ao trâmite normal por esta Casa de Leis, sendo pois favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados, para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votaram 43 deputados.

Designo os deputados Antonio Anibelli, Durval Amaral e Duílio Genari, para comporem a Mesa escrutinadora dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

43 deputados votaram NÃO.

03 deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Diante do resultado da votação foram derrubados os vetos.

Item 01, veto aposto ao Projeto de Lei nº 599/99.

Item 02 veto aposto ao Projeto de Lei nº 597/99.

Foram derrubados os dois vetos pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Mais dois vetos que foram pedidos destaques.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aí até colocar o requerimento inicialmente em votação para posteriormente...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pois não, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 569, de autoria dos deputados Natálio Stica e Ademir Bier, constante do expediente, solicitando destaque para votação dos itens 03, 04 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 049/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina que o Governo do Estado publique no Diário Oficial os pagamentos efetuados pela sua administração direta ou indireta. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 176/2001

Curitiba, 30 de maio de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 045/2001, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o projeto de Lei nº 444/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica o Poder Executivo obrigado a publicar no Diário Oficial do Estado, no prazo de trinta (30) dias de sua efetivação, todos os pagamentos realizados pelos seus órgãos da administração direta e indireta do Estado, a qualquer título”.

Embora reconhecendo a louvável preocupação do autor de tal projeto de lei, em oferecer maiores informações sobre pagamentos efetuados por órgãos do Poder Executivo, não foi possível dar acolhimento à medida porque, além de ter sido considerada desnecessária, eis que os programas, via de regra, são precedidos de atos publicados em Diário Oficial, previstos na Lei Orçamentária de cada ano, importa em custos adicionais para o

Erário, conforme esclarece a adiante transcrita manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda e, finalmente, porque apenas o Poder Executivo ficaria com a imposição de tal obrigação:

“Em consulta ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado, foi informado a esta Secretaria que a publicação resultará aproximadamente numa despesa mensal de R\$37.950,00 (trinta e sete mil, novecentos e cinquenta reais), e R\$455.400,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais) por ano”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 444/99, encontra-se publicado no DA nº 035/2001, de 10/04/2001, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 49/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Hermas Brandão, determina que o governo do Estado publique em Diário Oficial os pagamentos efetuados pela sua administração direta ou indireta.

A proposta foi vetada pelo Executivo sob a alegação de que tal procedimento geraria custos adicionais aos cofres públicos, da ordem de R\$455.400,00 por ano, segundo estudos do Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, verificou-se que o veto respeitou os preceitos legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à análise do veto aposto pelo Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 171/2000, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais - EDA. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 269/2001

Curitiba, 18 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 125/2001, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, de acordo com o inciso VII, do artigo 87, e parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 171/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque a celebração de convênio nele referida, independe de autorização legislativa específica.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 171/2000, encontra-se publicado no DA nº 062/2000, de 29/05/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 064/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 171/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação Biblioteca Nacional - Escritório de Direitos Autorais - EDA.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento à Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, esses dois vetos, um diz respeito a um projeto de sua autoria, que dispõe para que o Governo do Estado franqueia as informações de todos os custeios pagos na administração direta e indireta. Nós somos favoráveis à derrubada desse veto e também da derrubada do veto do projeto do deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Governo do Estado a celebrar convênios com a Biblioteca Nacional.

Não achamos nenhuma argumentação do ponto de vista do mérito, que pudesse justificar o óbice a esse projeto.

São projetos ainda do período anterior. Nós somos favoráveis à derrubada desses vetos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Natálio Stica, para encaminhar.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, quero reforçar o pedido do deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, quando encaminha o voto NÃO, dos dois vetos que vamos votar na sequência. O primeiro, projeto de autoria de V. Exa., que pede e obriga o Poder Executivo a, num prazo de 30

dias, fazer com que todos os pagamentos realizados pelo Estado, sejam colocados em Diário Oficial.

Este projeto vem de encontro ao que exatamente prega o governador do Estado, Roberto Requião: transparência.

Quando vejo o veto do ex-governador Jaime Lerner e analiso-o, fico preocupado com a falta de justificativa para veto de um projeto de tamanha importância.

(Lê os esclarecimentos do ex-governador Jaime Lerner).

Ora, o Diário Oficial é um órgão governamental! Qual é o custo que vamos ter a mais?

Portanto, esses números que colocam aqui é tirado, certamente, de alguma bola de cristal; não procede à realidade.

Não posso estender como desnecessária uma informação para o povo paranaense num momento em que falamos de ética e de transparência.

Reforço o pedido do líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, pela derrubada do veto.

Também reforçando o pedido do deputado Ângelo Vanhoni no projeto do vice-governador Orlando Pessuti, quando encaminha para que possamos ter aqui no Paraná uma parceria com a Biblioteca Nacional, resguardando os artistas paranaenses.

Temos no Paraná, atores, poetas, artistas. o deputado Rafael Greca, conhecedor da matéria, sabe do que falo. O Paraná tem uma plêiade imensurável de artistas, poetas. Temos aqui na cultura brasileira um grande celeiro. É mais do que justo deixar com que os nossos artistas, os nossos poetas e nossos escritores possam ter suas obras resguardadas para evitar o plágio. Apenas isso que está sendo pedido nesta parceria. Não entendi também, deputado Rafael Greca, o veto do governador Jaime Lerner.

Portanto me somo ao líder do governo, deputado Ângelo Vanhoni, e peço a derrubada dos dois vetos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cleiton Kielse)

(Procede à chamada nominal)

Senhor presidente, 41 deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito à comissão anteriormente designada, por gentileza, para escrutínio dos votos.

Solicito ao 1º secretário que anuncie o resultado da votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cleiton Kielse)

Senhor presidente e senhores deputados. Trinta e cinco deputados votaram NÃO e seis votaram SIM.

Derrubados os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pelo resultado da votação a Assembléia determinou que sejam encaminhados novamente ao governador os Projetos de Lei nº 444/99 e 171/2000, para que o governador sancione por lei, senão será promulgado pela Presidência da Assembléia.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero cumprimentá-lo pelo resultado desta votação, tendo em vista que o projeto de sua autoria, o Projeto nº 444/99, obriga o Estado a tornar público todos os pagamentos realizados pelo Executivo.

Isso significa dizer que o povo do Paraná poderá saber quem o governo pagou e quanto pagou. O Diário Oficial trará a público, portanto, de conhecimento de toda a imprensa e da sociedade paranaense, os atos de pagamento do governo.

Parabéns ao presidente, que propôs esta lei, e parabéns aos senhores deputados, que concordaram em derrubar esse veto.

ITEM 05**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que altera o *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 551, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 554, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 555, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 556, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 557, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 558, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 560, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 566, de autoria do deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 567, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 570 e 571, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 568, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Posso informar a V. Exa., deputado Padre Paulo, que na próxima sexta-feira, às 15 horas, o governador estará na Fundação Meneghel, assinando o decreto para a estabilização da referida faculdade.

Requerimento nº 572, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Então, amanhã, o Grande Expediente será para a superintendente do Instituto Nacional de Seguridade do Paraná e Santa Catarina.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 007, 010, 012, 019, 020, 117, 126, 134/2002; 019/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 034, 083 e 120/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 213/2002

Determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão dos descontos do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de OSMAR LUIZ DALAGASSA PASSOS, matrícula 502, funcionário aposentado no cargo de Procurador 1ª Classe, Nível NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do art. 30 da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do art. 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 101, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do art. 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do art. 5º, da Ins-

trução Normativa SRF nº 15/01, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 10175/2002).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 214/2002

retificar o Ato da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa nº 302/2001, datado de 11 de outubro de 2001, que passa a constar nos seguintes termos:

aposentar compulsoriamente, a partir de 05 de novembro de 2000, data em que completou a idade limite constitucional, MARIA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº 40202, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, nos termos do artigo 35, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Estadual, com proventos mensais na proporcionalidade de 18/30 avos, correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de três (03) adicionais de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 32, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.12.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Portarias:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 107/2002

prorrogar, a disposição junto ao Tribunal de Alçada, do servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FRANCISCO DE FREITAS, matrícula nº 40922, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 9658/2002)

PORTARIA Nº 108/2002

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, CHRIZANTO CHRISÓSTOMO DA SILVA, para continuar prestando serviços junto ao Tribunal de Contas, ocupando o cargo em Comissão, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem, mais de 20% (vinte por cento) deste Tribunal.

(Prot. nº 9750/2002)

PORTARIA Nº 109/2002

prorrogar, a disposição junto ao Tribunal de Contas, do servidor deste Poder Legislativo, HECTOR VINÍCIUS

WAGNER, matrícula nº 40754, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 9751/2002)

PORTARIA Nº 110/2002

prorrogar, a disposição junto ao Tribunal de Contas, a servidora deste Poder Legislativo, NEUSA MIRIAN LANG POHL, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula nº 40481, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2003.

(Prot. nº 9752/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.12.2002.

PORTARIA Nº 02/2003

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, ISAMAR VILLA DE CARVALHO, fisioterapeuta, matrícula nº 40090, para continuar prestando serviços junto a Universidade Federal do Paraná (CENEP), do Hospital de Clínicas dessa Universidade, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. 214/2003).

PORTARIA Nº 03/2002

prorrogar, a disposição no Tribunal de Justiça, da servidora deste Poder Legislativo, TEREZA CRISTINA A. CAMARGO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, matrícula nº 42012, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 225/2003)

PORTARIA Nº 04/2002

colocar a disposição da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o servidor deste Poder Legislativo, JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 40784, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 227/2003)

PORTARIA Nº 05/2002

colocar a disposição do Governo do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, MÁRIO JOSÉ DE RAUEN BACELLAR FILHO, matrícula nº 40690, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 226/2003)

PORTARIA Nº 06/2003

colocar, a disposição do Tribunal de Alçada, a servidora deste Poder Legislativo, MARILENA BOCHNIA

SCHAFER, matrícula nº 40437, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 428/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.01.2003.

PORTARIA Nº 07/2003

colocar, a disposição da Prefeitura de Curitiba, o servidor deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, para que possa exercer o cargo em comissão de secretário municipal da comunicação social, a partir de 20 de janeiro do corrente, sendo com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 515/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.01.2003.

PORTARIA Nº 08/2003

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, SILVIO R. CUNHA, matrícula nº 2270, de sessenta (60) dias, a partir de 15 de janeiro de 2003, término 15 de março de 2003. CID.10-I 25.1.

(Prot. nº 707/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.02.2003.

PORTARIA Nº 19/2003

colocar, a disposição para prestar serviços junto a Itaipu Binacional, a partir de 01 de março de 2003, a servidora deste Poder Legislativo, SÔNIA REGINA PEREIRA, até 31 de dezembro de 2003, sem ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 1756/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.03.2003.

PORTARIA Nº 20/2003

colocar, à disposição para prestar serviços junto à Vice-Governadoria, a servidora deste Poder Legislativo, REGINA FISCHER PESSUTI, matrícula nº 41260, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 2068/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.03.2003.

PORTARIA Nº 21/2003

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA ELISA REBELLO, matrícula nº 606, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente taquígrafa "A", nível NU-4, referência IV, o tempo de um (01) ano, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 2º quinquênio compreendido entre 27 de dezembro de 1984 e 21 de dezembro de 1988, antecipado em razão da incorporação do 1º quin-

quênio e das férias de 1984, 1985 e 1987 contadas em dobro; e durante o 3º quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1988 e 27 de abril de 1993, antecipado em razão da incorporação do 2º quinquênio e das férias de 1988, contadas em dobro, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8991/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.04.2003.

PORTARIA Nº 22/2003

colocar, a disposição para prestar serviços junto a Paraná Esporte, o servidor deste Poder Legislativo, ALDINO JORGE BUENO, matrícula nº 5619, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.04.2003.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 16h30m, foi realizada a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Jocelito Canto, Cida Borghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro e Padre Paulo Campos. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior e fez a entrega da apostila institucional desta CPI, aos senhores deputados. Em seguida, solicitou a aprovação de expediente *ad referendum* ao Ministério Público solicitando a designação de um procurador ou um promotor público, para acompanhar os trabalhos da CPI. APROVADO. E, também fez a leitura dos ofícios encaminhados aos órgãos públicos, solicitando informações e cópias de documentos, como segue: a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, solicitando cópias dos Termos de Convênios: nº 017/2002/SEDU/PVC, firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu e o Paranacidade com a Ecoparaná, para execução do Projeto Caminhos do Mar e nº 018/2002/SEDU/PVC, firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIT e a Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, em parceria com o Paranacidade, e com a interveniência da Ecoparaná e o DER, para execução do Projeto Estrada Histórica da Graciosa; ao Tribunal de Contas, solicitando o encaminhamento de cópias dos relatórios e pareceres da Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito

Internacionais - Caoci, dos exercícios de 1996 a 2002, sobre o contrato de empréstimo nº 0917/OC-BR, bem como cópia do regulamento do programa, e solicitação de disponibilidade de servidores públicos para o apoio técnico contábil e assessoria jurídica à CPI. APROVADOS. O senhor deputado Artagão Júnior, relator da CPI, fez uso da palavra apresentando, também, a indicação de servidores públicos para somar ao apoio técnico e jurídico da CPI, onde teve aprovação de todos. A pedido do senhor presidente, registrou-se em Ata, a solicitação do senhor deputado relator, em relação à fiscalização de obras realizadas nos municípios, com a colaboração do Decom, quanto ao levantamento de documentação comprobatória, para identificar possíveis irregularidades entre as obras e os convênios celebrados para os municípios. O senhor presidente, acatou a sugestão do senhor relator, para que posteriormente tenha a aquiescência do governo e do secretário da Casa Civil. Por determinação do senhor presidente, foi encaminhado aos membros desta CPI, para conhecimento, uma cópia de cada processo do contrato e convênio dos municípios de Guaratuba, Barra do Jacaré e Cascavel, bem como, cópia dos ofícios encaminhados aos órgãos públicos para acompanhamento dos trabalhos da CPI. Na continuidade, sugeriu à Comissão, em convidar, oportunamente, o senhor Renato Adur, atual secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, para expor qual a situação encontrada ao assumir a Sedu e como se encontra hoje, e convocar os senhores: Roberto Dimas Vasconcellos Del Santoro, ex-superintendente do Paranacidade, Maria Inês Terbeck, analista de desenvolvimento municipal do Paranacidade, Luiz Eduardo Marques Alila, engenheiro civil da Sedu e Carlos Roberto Caetano, assistente financeiro da Sedu. APROVADO. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

Ata da CPE:

COMISSÃO PARLAMENTAR EXTERNA REFORMA TRIBUTÁRIA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e três, no gabinete da Presidência, reuniram-se os deputados

Reni Pereira, Durval Amaral e José Maria Ferreira, membros indicados para comporem a Comissão Parlamentar Externa da Reforma Tributária, que no prazo de duração de 120 (cento e vinte dias) ou enquanto durarem os trabalhos junto à União e ao Congresso Nacional, acompanhará a elaboração do anteprojeto de emenda constitucional que tratará da reforma tributária constitucional, sua tramitação no Congresso e posterior implantação nacional pela União, com o fim específico de instalar a Comissão e eleger o presidente da mesma, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, 1º vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão e passou, em seguida, para eleição, onde foi eleito para presidente o deputado Reni Pereira. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1º Vice-Presidente

RENI PEREIRA
DURVAL AMARAL
JOSÉ MARIA FERREIRA

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e do Meio Ambiente, sob a presidência do senhor deputado Waldir Leite e com a presença dos seguintes deputados: Elza Correia, Nelson Justus, Fernando Ribas Carli, Padre Paulo Campos, Renato Gaúcho e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com o fim específico de proceder a eleição para vice-presidente, onde constatou-se a maioria dos votos no nome da senhora deputada Elza Correia. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Luciane Andretta, secretária desta Comissão.

(aa) WALDIR LEITE - Presidente
Luciane Andretta - Secretária